

Grupo de Apoio
ao Adolescente e
à Criança com
Câncer (GRAACC)

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Conselheiros do
Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer - GRAACC ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer - GRAACC em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2022

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC SP-023228/O

Danielle Rezende Suzano
Contadora CRC 1SP276876/O-4

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	53.986	42.453	Fornecedores		5.548	4.857
Recursos vinculados a convênios	9	16.400	35.414	Salários e encargos sociais	13	9.689	9.260
Créditos a receber	10	15.921	11.611	Obrigações fiscais a recolher		1.719	1.564
Estoques	11	4.932	5.005	Subvenção e convênios	14	16.400	35.414
Outros Créditos		801	2.221	Outras obrigações		915	906
Total do ativo circulante		92.040	96.704	Total do passivo circulante		34.271	52.001
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		118	111	Provisões para contingências	15	18	133
Imobilizado	12	68.064	73.677	Subvenção e convênios	14	25.557	28.467
Intangível		4.148	2.450	Total do passivo não circulante		25.575	28.600
Total do ativo não circulante		72.330	76.238	Patrimônio líquido			
				Patrimônio social	16	92.341	76.187
				Superávit do exercício		12.183	16.154
				Total do patrimônio líquido		104.524	92.341
Total do ativo		164.370	172.942	Total do ativo e patrimônio líquido		164.370	172.942

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita			
Receitas com serviços hospitalares	17	55.341	52.448
Receitas com captações de recursos	18	108.471	106.106
Receita com trabalhos voluntários	7	1.113	1.152
		<u>164.925</u>	<u>159.706</u>
Custos operacionais			
Custos com serviços hospitalares	19	(118.521)	(108.557)
Custos com captações de recursos	20	(19.641)	(18.437)
		<u>(138.162)</u>	<u>(126.994)</u>
Superávit bruto		<u>26.763</u>	<u>32.712</u>
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	21	(12.959)	(14.228)
Perda por provisão ao valor recuperável do contas a receber	10	(2.549)	(2.107)
Despesa com trabalhos voluntários	7	(1.113)	(1.152)
		<u>(16.621)</u>	<u>(17.487)</u>
Superávit operacional antes do resultado financeiro		<u>10.142</u>	<u>15.225</u>
Receitas financeiras	22	2.267	1.037
Despesas financeiras	22	(226)	(108)
Resultado financeiro		<u>2.041</u>	<u>929</u>
Superávit do exercício		<u><u>12.183</u></u>	<u><u>16.154</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Superávit do exercício	12.183	16.154
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>12.183</u>	<u>16.154</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávit do exercício	Total do patrimônio social
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>63.368</u>	<u>12.819</u>	<u>76.187</u>
Transferência para patrimônio social	12.819	(12.819)	-
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>16.154</u>	<u>16.154</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	<u>76.187</u>	<u>16.154</u>	<u>92.341</u>
Transferência para patrimônio social	16.154	(16.154)	-
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>12.183</u>	<u>12.183</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	<u>92.341</u>	<u>12.183</u>	<u>104.524</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	12.183	16.154
Ajuste por :		
Depreciação e amortização	4.899	7.247
Valor residual do ativo imobilizado baixado	65	(39)
Provisão para devedores duvidosos	2.549	2.107
(Reversão) provisão para contingências trabalhistas	(115)	(108)
	<u>19.581</u>	<u>25.361</u>
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Recursos vinculados a projetos	19.014	(3.741)
Créditos a receber	(6.859)	(4.568)
Estoques	73	(1.662)
Outros Créditos	1.420	(824)
Depósitos judiciais	(7)	40
(Redução) aumento dos passivos		
Fornecedores	691	1.172
Salários e encargos sociais	429	(139)
Obrigações Fiscais a Recolher	155	(119)
Outras Obrigações	9	660
Subvenção e convênios	(19.014)	1.182
	<u>15.492</u>	<u>17.362</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
	<u>15.492</u>	<u>17.362</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo intangível	(2.089)	(1.118)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(1.870)	(3.608)
	<u>(3.959)</u>	<u>(4.726)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
	<u>(3.959)</u>	<u>(4.726)</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>11.533</u>	<u>12.636</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	42.453	29.817
No fim do exercício	<u>53.986</u>	<u>42.453</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>11.533</u>	<u>12.636</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Instituído em 04 de novembro de 1991 como uma organização sem fins lucrativos, o GRAACC tem a missão de garantir a crianças e adolescentes com câncer, dentro do mais avançado padrão científico, o direito de alcançar todas as chances de cura com qualidade de vida.

Para alcançar este resultado, o GRAACC possui um hospital, inaugurado em maio de 1998 e situado à Rua Pedro de Toledo, 572, na cidade de São Paulo, que oferece tudo o que o tratamento oncológico pediátrico exige em um único lugar: centro de diagnóstico, quimioterapia, radioterapia, transplante de medula óssea, centro cirúrgico, internação, UTI pediátrica, entre outros serviços. Os pacientes contam com equipes especializadas e experientes para oferecer as melhores estratégias de tratamento, que incluem procedimentos cirúrgicos, quimioterapia, radioterapia e Transplante de Medula Óssea.

Os recursos para manter a estrutura da instituição são obtidos por meio de receitas médicas hospitalares realizadas via Sistema Único de Saúde – SUS, convênios e particulares e da captação de recursos de subvenções provenientes do primeiro setor (governamental), de doações provenientes do segundo setor (empresarial de fins econômicos), do terceiro setor (organizações não governamentais) e de pessoas físicas.

O GRAACC, por ser Entidade de interesse social, possui os seguintes certificados:

- Título de Utilidade Pública Estadual nº 50.679 de 31 de março de 2006
- Título de Utilidade Pública Municipal nº 36.776, de 16 de março de 1997.
- Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) nº 733/2012
- CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de saúde, portaria nº 112 de 04/02/2021.
- CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente nº 1083/04

1.1 Impactos COVID-19 e medidas tomadas pela Administração

Desde o início da pandemia, em março de 2020, cientistas e médicos têm se dedicado a compreender a Covid-19 e reduzir os seus danos. Com a evolução do conhecimento sobre o novo vírus, apesar de ainda não tê-lo sob controle, está sendo possível reduzir o número de internações, complicações e mortes.

Mas se ainda há muitos aspectos desconhecidos sobre como a nova doença se manifesta na população em geral, há menos informações ainda sobre como se manifesta em crianças e adolescentes em tratamento contra o câncer. Em 2021, este foi um desafio extra para

os profissionais do Hospital do GRAACC, que estão em aprendizado contínuo para prevenir e tratar a SarsCov-2 em seus pacientes.

Apesar de manter posição saudável de caixa e de recursos hospitalares e não hospitalares, e tendo em vista a incerteza e a volatilidade do cenário atual em razão da pandemia da Covid-19, a administração do GRAACC consolidou medidas que visam estabelecer uma posição ainda mais robusta em caráter preventivo, de modo a garantir que a Entidade possa atravessar este período suprimindo as necessidades que possam surgir. As principais ações tomadas, foram:

- Negociação dos contratos de prestação de serviços;
- Aquisição antecipada de material e medicamento; e
- Monitoramento das receitas e despesas através de avaliações semanais do fluxo de caixa para acompanhamento de impacto e ações de contingência.

A Administração do GRAACC continua monitorando suas operações e não identificou nenhum eventos com indícios de impairment e/ou de não realização de seus ativos. Não há indícios que possam gerar dúvidas significativas sobre a continuidade operacional da Entidade.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal e Administração da Entidade em 26 de abril de 2022.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, mensurados pelo valor justo e pelos ativos imobilizados recebidos de doações, também mensurados ao valor justo.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são

reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 10** - provisão para crédito de liquidação duvidosas;
- **Nota 12** - valor residual do ativo imobilizado; e
- **Nota 15** - provisão para contingência.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação.

6 Principais políticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Entidade em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Custo amortizado

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de pacientes e convênios e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na quitação das obrigações de curto prazo.

Recursos vinculados a convênios

Recursos vinculados a convênios representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados no projeto para fazer frente às obrigações assumidas.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras obrigações.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2021 e 2020, incluindo operações de *hedge*

b. Contas a receber

O contas a receber são registradas pelo valor produzido junto a convênios e ao Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, tendo como base a etapa de execução dos serviços até a data-base do balanço, compreendendo parcelas já faturadas e outras pelos serviços prestados a faturar.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização do contas a receber.

c. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável e correspondem aos itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no hospital. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A Entidade possui procedimento para análise periódica do custo e do valor realizável líquido dos estoques, bem como realiza controle rotineiro da validade dos medicamentos excluindo e baixando-os do estoque.

d. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso devido à sua obsolescência. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Custos subsequentes

Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável.

Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente são as seguintes, por quantidade de anos:

Edificações e construções	50 anos
Máquinas	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Instrumentos e aparelhos médicos	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamento de informática	5 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	3 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Entidade assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Entidade.

f. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos na data em que foram originados.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual, a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

(ii) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Entidade não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos.

g. Obrigações trabalhistas

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

h. Benefícios a funcionários

A Entidade não possui planos de pensão ou obrigações pós aposentadoria.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem um obrigação presente legal ou implica como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

j. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

k. Receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Entidade e quando possa ser mensurada de forma confiável.

(i) Doações

As doações recebidas pela Entidade em moeda corrente são reconhecidas no resultado do exercício no momento em que as contraprestações à essas doações são cumpridas pela Entidade.

(ii) Subvenção e convênios

O reconhecimento da receita é efetuado pelo regime de competência do exercício. Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a convênios e a crédito de gastos a incorrer em subvenção e convênios no passivo circulante e não circulante. A medida que os gastos incorrerem, no mesmo momento as receitas são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida ao débito do passivo de gastos a incorrer em subvenção e convênios.

(iii) Serviços hospitalares

Os serviços hospitalares concluídos são finalizados, revisados e enviados ao seu destinatário final (particular ou plano de saúde), sendo reconhecido de acordo com o regime de competência.

Os serviços hospitalares que se encontram em curso ou ainda não foram faturados aos convênios até o encerramento das demonstrações financeiras são avaliados e quantificados pela Administração, sendo reconhecidos pela contabilidade na data do encerramento das demonstrações financeiras.

I. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e juros.

7 Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, as receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade registrou o montante de R\$ 1.113 (R\$ 1.152 em 2020) de receitas com voluntários.

Exercício	Diretoria Estatutária	Coordenação Geral	Coordenação	Sub Coordenação	Operação	Total
2021	47	304	263	35	464	1.113
2020	82	347	262	40	421	1.152

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa - Fundo Fixo	5	5
Banco Conta movimento	75	287
Aplicações financeiras	53.906	42.161
	53.986	42.453

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as principais aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) remuneradas a taxas que variam de 90% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDIs”), com liquidez imediata e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

9 Recursos vinculados a convênios

	2021	2020
Banco conta movimento	1	15
Aplicações financeiras	16.399	35.399
	16.400	35.414

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as principais aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) remuneradas a taxas que variam de 90% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDIs”), com liquidez imediata e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha. Os recursos vinculados a convênios referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente em subvenções ou convênios. Vide nota 14.

10 Contas a receber

	2021	2020
SUS	3.756	3.010
Convênios/particulares	13.305	11.257
	17.060	14.267
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.139)	(2.656)
	15.921	11.611

A exposição da Entidade a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à créditos a receber e a outras contas são divulgadas na Nota Explicativa 23. O aging list dos créditos a receber da Entidade está demonstrado a seguir:

	2021	2020
A Vencer	12.486	9.370
Vencidos até 30 dias	933	1.592
Vencidos de 31 a 60 dias	848	533
Vencidos de 61 a 90 dias	688	267
Vencidos de 91 a 180 dias	1.058	623
Vencidos de 181 a 360 dias	1.002	850
Vencidos acima de 360 dias	45	1.032
Total	17.060	14.267

A movimentação do saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.720)
Baixa de provisão	1.171
Constituição de provisão	(2.107)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.656)
Baixa de provisão	4.066
Constituição de provisão	(2.549)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.139)

11 Estoques

	2021	2020
Materiais hospitalares	2.390	2.880
Medicamentos (a)	2.542	2.125
	4.932	5.005

- (a) A Administração monitora constantemente e possui um controle rigoroso nos estoques de medicamentos e não identificou itens que não possam ser utilizados no curso normal das operações da Entidade.

12 Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado de 2020 e 2021 está demonstrada a seguir:

	2020	Adições e doações	Baixas	Transfêrencias	2021
Terrenos	5.260	-	-	-	5.260
Edifícios e construções	44.844	12	-	1.611	46.467
Máquinas e equipamentos	26.038	202	(3)	517	26.754
Móveis e utensílios	6.135	113	(11)	252	6.489
Instrumentos e aparelhos médicos	26.707	356	(53)	294	27.304
Instalações	3.817	323	-	127	4.267
Equipamentos informática	5.140	157	(25)	269	5.541
Benfeitorias em propriedades de terceiros	4.088	-	-	-	4.088
Outros	3.545	41	(23)	581	4.144
Total de ativos em operação	125.574	1.203	(114)	3.650	130.313
Construções em andamento	1.846	301	(35)	(1.931)	180
Imobilizações em andamento	1.460	366	-	(1.719)	107
Total do custo	128.880	1.870	(150)	-	130.604

**Grupo de Apoio ao Adolescente e
à Criança com Câncer (GRAACC)**
*Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021*

	2020	Adições	Baixas	Transferência	2021
Edifícios e construções	(12.513)	(1.384)	-	-	(13.897)
Máquinas e equipamentos	(13.890)	(2.580)	1	21	(16.488)
Móveis e utensílios	(3.075)	(545)	5	3	(3.612)
Instrumentos e aparelhos médicos	(16.156)	(1.379)	53	-	(17.482)
Instalações	(1.322)	(367)	-	-	(1.689)
Equipamentos de informática	(3.817)	(538)	24	-	(4.331)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(2.879)	(126)	-	-	(3.005)
Outros	(1.551)	(497)	2	(24)	(2.070)
Total da Depreciação	(55.203)	(7.416)	85	-	(62.540)
Imobilizado Líquido	73.677	(5.545)	(65)	-	68.064

	2019	Aquisições e doações	Baixas	Transfêrencias	2020
Terrenos	5.260	-	-	-	5.260
Edifícios e construções	39.189	4	-	4.145	43.338
Máquinas e equipamentos	25.648	141	-	176	25.966
Móveis e utensílios	4.901	282	(18)	647	5.811
Instrumentos e aparelhos médicos	21.060	4.436	(51)	763	26.207
Instalações	3.019	47	-	560	3.626
Equipamentos informática	3.987	402	(25)	399	4.763
benfeitorias em propriedades de terceiros	4.088	-	-	-	4.088
Outros	1.856	-	-	1.267	3.123
Total de ativos em operação	109.008	5.312	(95)	7.957	122.182
Construções em andamento	3.948	4.098	-	(5.589)	2.457
Imobilizações em andamento	1.895	1.554	-	(2.369)	1.081
Total do custo	114.851	10.964	(95)	-	125.720

	2019	Adições	Baixas	Transferência	2020
Edifícios e construções	(11.199)	(1.314)	-	-	(12.513)
Máquinas e equipamentos	(11.416)	(2.508)	34	-	(13.890)
Móveis e utensílios	(2.588)	(511)	24	-	(3.075)
Instrumentos e aparelhos médicos	(14.872)	(1.677)	393	-	(16.156)
Instalações	(997)	(325)	-	-	(1.322)
Equipamentos de informática	(3.250)	(603)	36	-	(3.817)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(2.753)	(126)	-	-	(2.879)
Outros	(1.368)	(183)	-	-	(1.551)
Total da Depreciação	(48.443)	(7.247)	487	-	(55.203)
Imobilizado Líquido	77.277	(3.531)	(69)	-	73.677

13 Salários e encargos sociais

	2021	2020
Provisão para férias e encargos	5.971	5.900
Salários a pagar	2.959	2.687
FGTS a pagar	501	472
INSS a pagar	247	197
Outros	11	4
	9.689	9.260

14 Subvenção e convênios

	2021	2020
Subvenções e convênios (a)	16.400	35.414
Terreno (b)	4.447	4.447
Diferidas edificações e reformas (c)	7.151	7.370
Diferidas máquinas e equipamentos (c)	13.959	16.650
	41.957	63.881
Subvenções Passivo Circulante	16.400	35.414
Subvenções Passivo não Circulante	25.557	28.467

- (a) Subvenções e convênio referem-se a recursos obtidos de terceiros para a realização de objetivos de interesse comum. Os recursos recebidos e não empregados estão apresentados no ativo circulante, na rubrica de recursos vinculados a projetos (nota 9). Abaixo demonstramos os principais convênios e o mapa de movimentação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Descrição	Recursos				Aquisição de Equipamentos	Devolução (i)	2021
	2020	Recebidos	Outros	Consumo			
Pronon	19.558	-	227	-	-	(14.610)	5.175
Emenda Parlamentar	7.878	2.956	116	(8.488)	-	(63)	2.399
Mc Dia	4.103	5.281	20	(5.650)	-	-	3.754
Fumcad	981	5.606	31	(5.196)	-	(845)	577
FNS	646	192	16	-	(227)	(33)	594
Corrida e Caminhada	531	-	7	-	-	(245)	293
Ministério da Saúde	374	-	2	(45)	-	(318)	12
Ministério da Economia	821	122	23	-	-	-	966
Secretaria Estadual	292	150	5	(432)	-	(16)	-
Espaço da Família	162	-	4	-	-	-	167
Condeca	68	2.750	32	(326)	-	(61)	2.463
Total	35.414	17.057	483	(20.137)	(227)	(16.190)	16.400

- (i) As devoluções de verbas ocorrem para os projetos finalizados ou em andamento que não irão consumir todo o orçamento para o cumprimento dos seus respectivos propósitos.
- (b) Em 2010, a Entidade recebeu em doação da Prefeitura Municipal de São Paulo um terreno no valor justo total de R\$ 4.447 sendo condicionada a edificação no local de instalações destinadas à prestação de assistência e tratamento a adolescentes e crianças portadoras de câncer. Apesar da Entidade usufruir do terreno cedido, não houve a transferência da titularidade.

- (c) Referem-se aos recursos de convênios utilizados na construção e reforma, bem como aquisições de ativos imobilizado. No momento em que os recursos de convênios são utilizados para aquisição de ativos, o valor é reclassificado da conta de Subvenções e convênios para a conta de Receitas diferidas. A receita diferida é realizada em contrapartida ao resultado do exercício na mesma proporção dos ativos, de acordo com a vida útil.

15 Provisões para contingências

Processos em andamento com probabilidade de perda prováveis

A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, de aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da Entidade, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com as ações em curso. A movimentação das contingências de natureza trabalhista é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	241
Adições	153
Baixas	(261)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	133
Adições	33
Baixas	148
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18

Processos em andamento com probabilidade de perda possível

A Entidade possui contingências de natureza trabalhista, cível e tributária, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos está classificada como possível no montante de R\$ 23.865 (R\$ 23.779 em 2020) e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Entre as causas classificadas como probabilidade de perda possível destaca-se o ato de infração de 05 de dezembro de 2018, em decorrência do Termo de Distribuição do Procedimento Fiscal nº 08.1.14.00-2017-00096-0, que fiscalizou o exercício fiscal de 2014, exigindo-se o recolhimento de contribuições para a seguridade social supostamente devidas pela Entidade no montante de R\$ 21.775. A Entidade e seus assessores jurídicos entendem que o processo possui um risco de perda possível em virtude da impropriedade do ato de infração em descaracterizar a Entidade como imune, portanto, nenhuma provisão foi constituída para esse processo.

16 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido do GRAACC é constituído por bens e direitos adquiridos ou recebidos em doação e resultados líquidos de suas atividades.

No caso de extinção ou dissolução total do GRAACC, o respectivo patrimônio líquido será transferido para entidades de saúde e assistência social congêneres, devidamente registrada no Ministério da Saúde, ou ainda, para entidade pública escolhida pela totalidade dos membros de seu Conselho de Administração que preencha todos os requisitos legais pertinentes. Conforme

artigo 28 do Estatuto Social.

17 Receitas com serviços prestados

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta e as receitas apresentadas na demonstração de resultado:

	2021	2020
Receita com serviços prestados		
Prefeitura Municipal de São Paulo	16.705	14.910
Convênios/Planos de saúde	37.826	35.310
Ensino/pesquisas/outros	809	2.228
Receita com gratuidades concedidas (nota 28)	380	1.300
Gratuidades (nota 28)	(380)	(1.300)
	55.341	52.448

18 Receitas com captações de recursos

	2021	2020
Doações de pessoas físicas e jurídicas (a)	57.769	55.062
Outros eventos (b)	27.271	26.391
Eventos McDia Feliz (b)	5.650	4.584
Governamentais (c)	14.499	15.947
Doação de bens e materiais e amortização das receitas diferidas	3.282	4.122
	108.471	106.106

(a) Doações

No exercício de 2021, a Entidade recebeu doações por depósitos em conta corrente no valor de R\$ 57.769 (R\$ 55.062 em 2020) de diversas pessoas físicas e jurídicas.

(b) Eventos

Os recursos decorrentes do evento anual “McDia Feliz” (renda obtida com a venda do “Big Mac” na cidade de São Paulo) são repassados como doação à Entidade. Adicionalmente, com o apoio de voluntários na venda de souvenirs, bem como de padrinhos e patrocinadores desta campanha, de acordo com o plano de trabalho firmado entre o Instituto Ronald McDonald e o GRAACC.

O GRAACC também obteve recursos líquidos no valor de R\$ 27.271 (R\$26.391 em 2020) por meio de outros eventos programados anualmente pela própria Entidade, bem como por iniciativa de empresas doadoras. Em 2021 os principais eventos foram: Doações PF/PJ R\$ 8.472, relacionamento institucional R\$ 7.172, empresas investidoras R\$ 6.576 e outros R\$ 5.051.

(c) Governamentais

Referem-se aos recursos captados para a manutenção das áreas assistenciais. Os principais recursos recebidos em 2021 estão atrelados aos projetos Emeda parlamentar R\$ 8.488, Fumcad R\$ 5.196, e outros no montante de R\$ 815.

19 Custos com serviços hospitalares

	2021	2020
Salários e encargos diretos e auxiliares	(55.502)	(55.034)
Medicamentos e materiais	(27.606)	(23.199)
Serviços profissionais	(16.981)	(15.455)
Custos hospitalares (i)	(11.235)	(9.782)
Depreciação e amortização	(7.197)	(5.087)
	(118.521)	(108.557)

(ii) Referem-se aos gastos incorridos para a manutenção das atividades da Entidade, como: manutenção de máquinas hospitalares, equipamentos, energia elétrica, água, correios, etc.

20 Custo com captação de recursos

	2021	2020
Salários e encargos	(5.923)	(6.200)
Custos operacionais	<u>(13.718)</u>	<u>(12.237)</u>
	<u><u>(19.641)</u></u>	<u><u>(18.437)</u></u>

Refere-se a despesas com pessoal e administrativa, tais como correios, energia elétrica, água, aluguel, etc. que estão relacionadas aos centros de custos responsáveis pela obtenção dos recursos de doações e eventos mencionados na nota explicativa nº 18.

21 Despesas administrativas

	2021	2020
Salários e encargos administrativos	(10.315)	(8.676)
Depreciação e amortização	(553)	(2.086)
Administração em geral	<u>(2.091)</u>	<u>(3.466)</u>
	<u><u>(12.959)</u></u>	<u><u>(14.228)</u></u>

22 Receitas financeiras, líquidas

	2021	2020
Rendimentos de aplicação financeira	<u>2.267</u>	<u>1.037</u>
Receitas Financeiras	<u><u>2.267</u></u>	<u><u>1.037</u></u>
Despesas com juros	(18)	(20)
Despesa com comissões e tarifas bancárias	<u>(208)</u>	<u>(88)</u>
Despesas Financeiras	<u><u>(226)</u></u>	<u><u>(108)</u></u>
Receitas financeiras, líquidas	<u><u>2.041</u></u>	<u><u>929</u></u>

23 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma

contraparte em um instrumento financeiro em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme demonstrado abaixo:

	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	8	53.986	42.453
Recursos vinculados a projetos	9	16.400	35.414
Créditos a receber	10	<u>15.921</u>	<u>11.611</u>
		<u>86.307</u>	<u>89.478</u>

Os saldos de créditos a receber de clientes está reduzido por provisão para créditos de liquidação duvidosa em montantes que a Administração considera suficiente para cobrir eventuais perdas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

	Valor contábil	12 meses ou menos
31 de dezembro de 2021 passivos financeiros não derivativos		
Fornecedores	(5.548)	(5.548)
Outras obrigações	<u>(915)</u>	<u>(915)</u>
	<u>(6.463)</u>	<u>(6.463)</u>
Caixa e equivalentes de caixa	53.986	53.986
Liquidez	47.523	47.523
31 de dezembro de 2020 passivos financeiros não derivativos		
Fornecedores	(4.857)	(4.857)
Outras obrigações	<u>(906)</u>	<u>(906)</u>
	<u>(5.763)</u>	<u>(5.762)</u>
Caixa e equivalentes de caixa	42.453	42.453
Liquidez	36.690	36.690

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Entidade eram:

Instrumento financeiro de taxa variável	2021	2020
Aplicações financeiras recursos próprios	53.906	42.161
Aplicações financeiras recursos vinculados a projetos	<u>16.399</u>	<u>35.399</u>
	<u>70.305</u>	<u>77.560</u>

A Entidade mantém parcela substancial de suas aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas aplicações financeiras ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Entidade e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo refere-se custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o acordo coletivo da categoria.

Em relação a taxa de juros, a Administração considera que as variáveis de risco das taxas de juros, que são atreladas ao CDI e à TR, não apresentam tendência de oscilações relevantes e, portanto, não afetaria significativamente os valores contábeis dos instrumentos financeiros de taxa variável.

Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira não apresentam variações.

Os valores justos dos ativos imobilizados recebidos como doações foram mensurados pelo seu preço de mercado.

Hierarquia do valor justo

A seção 11 do Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível A** – A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;
- **Nível B** - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;
- **Nível C** – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível B.

24 Partes relacionadas e remuneração da administração

A Entidade não possui transações entre partes relacionadas e os membros do conselho de administração deliberativo não são remunerados.

25 Imunidade do imposto de renda e isenção das contribuições previdenciárias e sociais

O GRAACC é uma Entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Entidade, destacamos os seguintes: (a) contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - isenta do pagamento da contribuição patronal incidente sobre o montante da folha de pagamento; (b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - imune do recolhimento de 2% sobre os serviços prestados à pessoa jurídica e física (convênios e particulares); (c) Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doações (ITCMD) isenta nos termos do artigo 4º do Decreto nº 46.665/02 e Resolução conjunta SF/SJDC - 1º a 5º de dezembro de 2002; e (d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - isenta sobre as receitas próprias de sua atividade social.

Com relação à COFINS, a Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispõe que as instituições de educação e assistência social, de caráter filantrópico que preencham as condições e requisitos do artigo 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 2007 são isentas do recolhimento da COFINS o montante das receitas relativas às atividades próprias, de repasses e financeiras.

Consideram-se receitas derivadas das atividades próprias somente àquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (IN SRF nº 247, de 2002, artigo 47, § 2º).

Os recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista (IN SRF nº 247, de 2002, artigo 47, § 2º).

As receitas financeiras de acordo com o Decreto nº 5.442, de 2005, estão reduzidas à alíquota de 0% (zero) da COFINS.

A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde (CEBAS) ao Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer – GRAACC foi deferida no dia 14 de fevereiro de 2018, Conforme portaria do Ministério da Saúde nº 199. A renovação tem validade de 05 de maio de 2018 à 04 de maio de 2021. No dia 04 de fevereiro de 2021, a Entidade obteve o deferimento da renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde (CEBAS) de validade de 05 de maio de 2021 à 04 de maio de 2024.

26 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para o exercício de 31 dezembro de 2020 e 2019:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias
- ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza)
- Cota Patronal - INSS

27 Atendimento SUS

Em observância ao art. 4º da Lei Federal nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, aos art.19 e 20 do Decreto federal nº 7.237 de 20 de julho de 2010 e ao art. 24 da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, o número de atendimentos a pacientes do SUS foi superior ao limite mínimo estabelecido de 60% em relação ao total de atendimentos efetivados pela Entidade, como segue:

	2021	2020
	Percentual de atendimento	Percentual de atendimento
Atendimentos ambulatorias		
SUS	80%	86%
Convênios e particulares	20%	14%
	100%	100%
Internações hospitalares		
SUS	73%	88%
Convênios e particulares	27%	12%
	100%	100%

Conforme Art. 32 da portaria 1970/2011, o mínimo de 60% (sessenta por cento) de prestação de serviços ao SUS será apurado por cálculo percentual simples, com base no total de internações hospitalares, medidas por paciente-dia, e no total de atendimentos ambulatoriais realizados pela entidade para pacientes do SUS e não SUS. Parágrafo único. Para efeitos de atendimento do disposto no caput, a participação do componente ambulatorial SUS será de no máximo 10%, devidamente comprovado

28 Gratuidades

Em atendimento aos itens 13, 16 e 17 da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros e portaria do ministério da saúde nº 834 de 26 de abril de 2016, art. 23, a Entidade apresenta os valores para o exercício de 31 dezembro de 2021 e 2020 :

	2021	2020
Valorização das gratuidades concedidas	380	1.300
Natureza das gratuidades concedidas (quantidade)		
Atendimento de urgência (internações, exames e QT)	134	1.019
Consulta de profissionais multi disciplinar	-	155
Consultas médicas	64	567

29 Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais (incêndio, explosão, danos elétricos e outros riscos diversos era composto por uma cobertura no montante de R\$ 87.109 e seguro de responsabilidade civil no montante R\$ 50.000.

Sérgio Antônio Garcia Amoroso
Presidente

Jacinto Antonio Guidolin
Vice-Presidente

André Luiz Negrão Albanez
Superintendência Geral

Ednilson Alves Deo
Contador CRC 1SP192736/O-0